



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA NÚMERO VINTE E UM

Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e cinco, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Sessão Ordinária, para o que tinha sido convocada pelo seu Presidente, nos termos da Lei, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Aprovação das actas das sessões anteriores;**
- 2. Período de antes da ordem do Dia:**
- 3. Período da Ordem do Dia:**
 - 3.1 Apreciação e Aprovação de Prestação de Contas do ano 2004 e Aplicação de Resultado Líquido do Exercício.**
 - 3.2 1ª Revisão orçamental.**
 - 3.3 Proposta de alteração de taxas ao Regulamento Municipal, relativamente ao Mercado Mensal.**
 - 3.4 Autorização para a contratação de empréstimo até ao valor de 419.177,00 €, conforme comunicação da DGAL.**
 - 3.5 Autorização para a contratação de empréstimo até ao valor de 404.794,21 €, de conformidade com o nº 6 do art. 19º da Lei nº 55/B-2004 de 30 de Dezembro.**
 - 3.6 Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara.**
- 4. Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.**

Aberta a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal endereçou os cumprimentos a todos.

Estavam presentes os seguintes Senhores Deputados: Irene Paixão dos Santos Leitão, João Adelino Paixão Salvado, António Manuel de Lemos Santos, Manuel Fernando Serra Carvalhinho, Umberto Massano Leitão, João Lucas Leitão, Germano de Jesus Mamede Cleto, António Lívio Martins Roque, Germano da Graça Morais, Lúcia Fernandes Almeida Paiva, José Gabriel Cleto Lopes da Rosa, Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Fernanda Isento Pereira, José Manuel Novo de Matos, Luís Pedro Matos Soares, José Quaresma Domingos, Francisco Martins Lucas e Joaquim Fernandes Albuquerque.

Foram considerados de acordo com a Lei os pedidos de substituição previamente solicitados pelos Senhores Deputados José Fernando Carona Leitão, João Clara de Assunção, Delfina da Graça Matos Guedes Monteiro e Albino Saraiva Cardoso.

Aprovação das Actas das Sessões Anteriores.

O Senhor Presidente da Assembleia começou por informar todos os presentes de que iriam ser postas à votação as actas nº 19 e 20, referentes às reuniões da Assembleia já realizadas.

O Senhor Deputado José Manuel José Manuel Novo de Matos usou da palavra para referir que não tinham chegado à sua posse as actas que se encontram em discussão. Referiu ainda que na última comunicação que recebeu, a convocatória para a reunião da Assembleia Municipal e onde vinha um grande conjunto de documentos, quer dizer,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

mandaram 2 documentos repetidos e faltava a informação do Senhor Presidente da Câmara e actas das Reuniões da Assembleia Municipal. Logo, referiu que não se pode pronunciar sobre isso (entenda-se as actas).

Usou da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão para questionar o Senhor Presidente da Assembleia, se o que ia ser posto à votação eram as duas últimas actas referentes às duas últimas reuniões da Assembleia Municipal, ao que o Senhor Presidente respondeu afirmativamente. Continuou a Senhora Deputada, para salientar que a votação da acta de Dezembro ficou adiada, segundo julga, porque tinha sido distribuída na hora, e era extensa, daí que não tenha havido tempo para proceder à sua análise, no intervalo da Assembleia.

De seguida foi posta à votação, pelo Senhor Presidente da Assembleia, a Acta nº 19 de 17 de Dezembro de 2004, tendo sido obtida a seguinte votação: 0 votos contra; 2 abstenções e 16 votos a favor. A Senhora Deputada Lúcia Fernandes Almeida Paiva e Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos, usaram da palavra para referir que se abstiveram, por não terem estado presentes na referida reunião. Foi esta acta aprovada por maioria.

A bancada do Partido Socialista apresentou uma Declaração de voto, que a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão passou a ler e que a seguir se transcreve:

Declaração de Voto

Votamos favoravelmente a acta, por acharmos, que ao longo deste mandato é a mais bem elaborada de todas. Contudo não podemos deixar de passar em claro, o facto de ser omissa quanto aos esclarecimentos solicitados, pelo Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso, ao Senhor Presidente da Câmara, acerca de factos denunciados pelo munícipe José Gabriel Branco Lopes, sobre supostas ilegalidades em determinados Licenciamentos Urbanos. O Senhor Presidente afirmou que todos os Licenciamentos referidos estavam dentro dos limites das normas legais. Foi-lhe pedido directamente que prestasse a esta Assembleia as provas de tal afirmação, a até à data de hoje, ainda o não fez, apesar de na mesma reunião, e na sua presença, ter sido apresentado por nós um requerimento escrito, na Mesa da Assembleia, onde lhe eram pedidos os documentos comprovativos das afirmações do Senhor Presidente quanto à legalidade por ele defendida.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia pediu aos Senhores Deputados para se inscreverem, a fim de se pronunciarem acerca da acta nº 20 de 25 de Fevereiro de 2005.

Usou da palavra a Senhor Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão para fazer correcções à acta que, foram de imediato efectuadas no seu devido lugar. Aproveitou ainda para solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia, que se fosse possível, no intervalo da reunião pretendia que lhe fosse entregue a fotocópia da acta, já com as correcções realizadas.

O Senhor Deputado Umberto Massano Leitão alertou o Senhor Presidente, para o facto de a acta omitir uma sua sugestão. A sugestão que fez, traduz-se num acesso do Valzedo, ao estacionamento junto do Centro Cultural de Santa Maria Acrescentou ainda que, relativamente aos WC'S da Praça Luís de Camões, referiu-se-lhes no sentido de que, se não fossem abertos até à realização da Autárquicas, seriam um dos temas para a campanha eleitoral.

O Senhor Deputado Carlos Manuel Abrantes Ferrão aproveitou para referir que, alguns lapsos que constam da acta, se devem à má qualidade da gravação da reunião.

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos usou da palavra para referir que após uma leitura da acta, notou que a mesma se encontra omissa, no que toca a algumas das suas intervenções. Em sua opinião, tenta-se reduzir ao máximo tudo aquilo que se diz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

nestas Assembleias, o que leva a que estas actas, sejam demasiado sintéticas. Na verdade, continuei, estive a falar durante algum tempo, porque realmente, existem algumas coisas que me afrontam nesta terra e expliquei tudo; Este conjunto autárquico deste partido, que pensam que pelo facto de Manteigas estar rodeada de árvores por todo o lado e que estando envolvida num jardim natural, usando a expressão de um dos Presidentes das Câmaras anteriores, não vale a pena que no interior da Vila exista um Jardim qualquer; pois se as pessoas quiserem passear, já têm o Jardim em volta, que vão passear para a montanha. Pois eu sempre fui contra isto. Eu expliquei isto minuciosamente. Disse ainda que foi afrontoso para mim e é para as pessoas desta terra. Pois, eu senti vergonha de trazer pessoas, que não são desta terra e que ao entrarem nesta Vila, e começaram a entrar por um monte de betão armado e em construção, com uma enorme parede branca, pois bem podia ser verde. Pois acerca disto tudo, e estive seguramente 3 páginas A4 a falar, nada consta da acta. A síntese é tão grande que se transforma aquilo que eu disse em 10 minutos, em apenas 2 linhas. Pede então a quem estiver a elaborar as actas, que seja mais fidedigno em relação ao que as pessoas dizem. Claro que é difícil, mas é uma chamada de atenção. Referiu ainda que se vai abster de votar, não porque não tenha estado presente, mas sim porque não tinha a acta em seu poder para a analisar, pois só agora pode ver esta parte que acabou de referir.

De seguida foi posta à votação, pelo Senhor Presidente da Assembleia, a Acta nº 20 de 25 de Fevereiro de 2005, já com as devidas correcções, tendo sido obtida a seguinte votação: 0 votos contra; 4 abstenções e 15 votos a favor. Foi esta acta aprovada por maioria. O Senhor Deputado Germano Cleto, o Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos e o Senhor Deputado António Roque, usaram da palavra para referir que se abstiveram, por não terem estado presentes na referida reunião. O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos usou da palavra para dizer que, já anteriormente explicou o motivo da sua abstenção.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia informou os Senhores Deputados da chegada a esta Assembleia do Relatório da acção inspectiva ordinária realizada pela Inspecção Geral da Administração do Território, ao Município de Manteigas e que a tinha em sua posse, para dar conhecimento ao Senhores Deputados. Concluiu por informar os Senhores Deputados que este relatório ainda não era o definitivo. Passou o Senhor Presidente a ler o ofício enviado juntamente com este relatório.

Informou ainda a Assembleia da correspondência a esta enviada.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Ponto 3.1 Apreciação e aprovação de Prestação de Contas do ano 2004 e Aplicação de Resultado Líquido do exercício. O Senhor Presidente da Assembleia questionou a Assembleia sobre se alguém queria usar da palavra.

Usou da palavra o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos para referir que no que toca aos comentários que posso ter sobre a prestação de contas do ano 2004 e aplicação de resultado líquido de exercício, é dizer que a minha bancada é grande e não tem nenhum economista que possa apreciar o relatório com deve ser. Por isso tenho de ser eu a comentá-lo. Em termos de forma, acho que é perfeito, está tudo muito bem feito, cuidadosamente elaborado, sem erros. Em relação ao conteúdo, quero dizer algumas coisas, apesar de achar que isto, devia ser analisado por alguém que seja da área específica. Pois se calhar também não foi feito pelos autarcas mas sim por alguém da área específica. De qualquer forma, acha que os números apresentados na 1ª página são positivos, pois até o facto de se levar à centésima a percentagem, é algo assombroso.

Há também algumas coisas que me escaparam e que quero criticar, só e porque parece,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que faltam aqui algumas coisas. Nas actividades culturais, desportivas e recreativas, relativamente ao que foi feito em 2004, faltam várias coisas: pois falam do dia da mãe; o dia dos namorados; o acompanhamento da Filarmónica a França; a instalação de um parque insuflável; e depois não falam aqui de uma coisa, que se calhar é tão importante ou mais do que estas, e que a Câmara apoiou! Ou será que não apoiaram? Pois era isto que queria perguntar. Pois, eu tenho relatórios das actas das reuniões da Câmara a dizer que apoiavam e até dão um subsídio; tenho relatórios da Direcção, pois eu sou Presidente da Mesa da Assembleia Geral dessa Associação, que o organiza, a dizer que a Câmara apoiou. Pois é só uma coisa: é a maior actividade de montanha do País. Na verdade, nem sequer está aqui escrito. Questionou então se em relação a isto se, quer as actas das reuniões da Câmara Municipal, quer os relatórios da minha Associação estão errados, ou será que a Câmara se esqueceu de por isso no relatório. Acrescentou ainda que após a análise do gráfico que diz respeito às despesas, verificou que as despesas correntes vêm aumentando desde 2001, ou seja, a evolução das despesas correntes é crescente, e cada vez maior, sendo certo que o crescimento é aritmético. Pergunta então: mas isto porquê? Será que a Câmara do P.S.D., é uma Câmara despesista, ou o foi também durante estes anos, juntamente com o Governo Central, que também era do P.S.D., e que tinha uma gestão incontrolável! E que implicou durante estes anos uma inflação imparável! Será que esta Câmara ficou sujeita, coitada, à inflação do mesmo partido, sem ter culpa nenhuma, pois a Câmara não tem culpa nenhuma das atitudes do Governo Central. Com certeza não é pela explicação que nos dão na página seguinte; que a causa foram os aumentos salariais; pois os aumentos salariais da função pública durante o Governo P.S.D., foram ente 0% a 2%. Outra questão que coloca é: se calhar não é por isso, mas sim porque houve um aumento significativo do número de pessoal, pois porventura, duplicaram o pessoal. Assim já é positivo, porque pelo menos fomentaram a capacidade de dar novos empregos às pessoas desta terra. Será que foi isso que aconteceu?

Em relação à página 17, quer dizer que não entendeu o 1º parágrafo, uma vez que a sua função não é questionar a veracidade do que está escrito, e isso não põe em causa. O gráfico ali existente, explica muito bem. Por outro lado pela análise dos resultados, chegamos à conclusão que são muitos bons, pois se lermos o 2.2.3., vemos que estamos perante óptimos resultados. Lembramos o vosso amigo Alberto João, saca o dinheiro, mas para o bem lá da ilha, mas vai-nos ao bolso a todos, não é? Pois é importante aquilo que vocês dizem na página 25, ou seja, o esforço para reduzir o endividamento. Parece que pelos números que foram apresentados, acho que estiveram a tentar algo e que a linha de raciocínio terá de ser essa, pelo menos nesses tempos difíceis que tivemos até agora, com estes governos anteriores. Tem ainda uma outra coisa para referir que é uma coisa engraçada: pois recebeu uma minuta de deliberação da Câmara, sobre isso. Pois é formidável, porque compreende a crítica dos vereadores da Câmara ao Executivo; pois se o executivo tinha dito que era fundamental era isto e aquilo e se não investiram fundamentalmente nisto e naquilo, e investiram em obras de menor monta, pronto compreende-se a crítica do ponto de vista particular, a gente tenha de perceber que realmente, se não tinha dinheiro para investir nas principais coisas, só fizeram grande propaganda, pronto investiram noutros onde tinham possibilidade de chegar até ao fim. Pois isto também é estratégia política. Pode-se criticar. Referiu ainda que, ficou muito satisfeito, por eles (Executivo) não terem conseguido avançar com essas coisas que achavam muito importantes, nomeadamente, o Campo de Golfe.

Em relação à crítica do P.S., onde se diz que não conseguiram levar para a frente a Piscina Aquecida e o Ringue de Gelo. Pois parece-me que numa última reunião que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

houve, o Presidente da Câmara, explicou que uma destas coisas, que já não sabe qual é, pensa que é o ringue de gelo, não tinha tido a luz verde de quem manda nestas coisas, e portanto não era possível avançar com esse projecto. Tem essa ideia, não sabe se é verdade. No que toca ao seu comentário a este relatório, compreende perfeitamente a crítica da oposição, mas a minha opinião é que, ainda bem que eles não conseguiram avançar para estas coisas, pois há uma coisa que eu acho bizarra, que é o Campo de Golfe, por todos motivos, nomeadamente por aquilo que já tinha dito anteriormente, pelos recursos naturais aquíferos, pois gastar milhões de Kililitros de água por mês, acha que é anedótico neste País, e agora não é anedótico, agora é criminoso.

Sobre o ponto em discussão a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão usou da palavra para começar pela análise do Relatório de Gestão. Ao analisá-lo parece-lhe que, e apesar de referirem aqui num parágrafo que tentaram elaborar os documentos previsionais, com o maior rigor possível, quer salientar que não há maior, nem menor rigor pois, ou há rigor ou não há rigor. Continuou para referir que a intenção não foi conseguida, uma vez que se apresenta uma série de contradições. Pois ali se diz na 1ª página que analisando a execução orçamental da receita corrente, é de 106,85 % e da despesa corrente é de 99,89%. Pois tudo bem, os valores previsionais aproximam-se muito, mas depois no desdobramento e análise deste mesmo relatório, quando se faz a análise através dos gráficos apresentados, há uma coisa que não entendo! Pois na 1ª página, diz-se que a receita corrente de 106,85% e a despesa de 99,89% e depois na página 10, através da análise de um gráfico, apresenta-se de forma contrária, diz-se que as receitas correntes não foram suficientes para financiar as despesas correntes. E então justificam o crescimento das despesas correntes com os encargos de pessoal, onde, como já salientou o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, não houve aumentos salariais, uma vez que os salários estão congelados desde 2002. Gostava então que me explicassem esta discrepância, pois parece que aqui a preocupação de rigor não foi cumprida. Acho piada à página 7, nas pequenas obras realizadas, pois entre outras, faz-se referência à rectificação da Rua Dr. Esteves Carvalho e dos Bombeiros, e esqueceram-se da electrificação do caminho Agrícola de Sameiro. E depois queria ainda perguntar onde estão as tais obras realizadas, pois não estão aqui. De resto, o que aqui está é aquilo que vem sendo feito ao longo dos 8 anos passados. Outra questão que quer ainda sublinhar é o aumento de 44% das despesas com o pessoal, segundo o gráfico que ali está. Pois, em 2002 havia uma despesa de 1 milhão de Euros e em 2004 temos uma despesa de 1,300 milhões de Euros. É pois um acréscimo muito significativo, onde as justificações aqui dadas, por si só, não são suficientes, para que se tenha verificado este aumento, uma vez que os Senhores falam nos aumentos salariais normais, que não ocorreram, uma vez que estiveram congelados.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que, só foram congelados os vencimentos superiores a 1000,00 Euros.

Continuou a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, para referir que falam também na preocupação de reduzir o endividamento da Câmara de Manteigas, dizendo que não têm dívidas a entidades privadas. Pois não entende como é que podem fazer esta afirmação, se nestes 12 anos de mandato têm sido contraídos vários empréstimos e acho que ainda não foi amortizado nenhum na totalidade. Pois ainda nenhum está completamente liquidado.

Diz-se também que nos últimos 3 anos não há qualquer dívida de terceiros à Autarquia. Ora, no relatório realizado pelo Revisor Oficial de Contas, que me foi facultado, da Fundação Escola Gest, afirma que há uma dívida desta Fundação para com a Autarquia de cerca de 100 mil Euros. Também desejava ver os resultados dos exercícios da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Fundação da Escola Gest, porque são empreendimentos onde a Câmara Municipal tem participação, pois a Assembleia tem de saber dessas contas, bem como das da Mini-Hídrica e Parque de Sky. Em relação às grandes obras orçamentadas e não executadas, temos: Estudo do Campo de Golfe de Vale de Amoreira; Bairro do Outeiro e Via de Cintura Interna, etc. Nenhuma delas foi executado. Ao contrário da intenção de baixar o endividamento, ele aumentou significativamente de 2002 para 2005, de acordo com os dados fornecidos. Continuou para referir que lhe parece que é muita parra e pouca uva, os 78% de taxa de execução, isto se considerarmos que os objectivos em orçamento em excluir os custos fixos, (que serão as despesas correntes), porque estas são pagas pelas receitas correntes que se anulam a elas próprias. Perguntou ainda se se efectuou alguma despesa não prevista; pois há aqui uma diferença entre o previsto e não recebido!

Quanto à análise global ao relatório de gestão é com eu já disse várias vezes é um saco cheio de nada, gostou de ver as actividades lúdicas e culturais, nomeadamente esta das Janeiras em Manteigas, Sameiro e Vale de Amoreira, cantadas e participadas pelo executivo em parceria com 5 colectividades locais. Pois o que fica à espera é de saber onde estão as grandes obras realizadas.

O Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos usou da palavra para referir que não teve possibilidade e disponibilidade de tempo para analisar todos os documentos do relatório, a prestação de contas e relatório de gestão, uma vez que foi apenas confrontado com a necessidade de vir a esta Assembleia, no dia anterior. Quanto à prestação de contas não teve tempo para analisar tudo quanto tinha interesse para aqui ser debatido. Queria então fazer previamente umas questões relativamente à prestação de contas: a 1ª questão diz respeito aos proveitos diferidos. Pois vê no activo uma rubrica, que lhe parece desmesurada em relação aos proveitos diferidos, cerca de 7 milhões de Euros. Pois parece-lhe tão desmesurada que em 2003, o valor era apenas de 980 mil. Existe aqui, uma alteração de fundo que queria ver esclarecida. Também quer saber de onde resultam os proveitos diferidos.

Uma 2ª questão tem que ver com as empresas participadas pela Câmara Municipal, (a Hidroeléctrica de Manteigas e a Fundação Escola Gest). Pois o POCAL à semelhança do POC, poderá ter exigências semelhantes e na medida em que a participação noutras empresas que não seja superior a determinado montante, o balanço e contas, não deveria se exaustivo, mas deveria aparecer no balanço de interacção entre empresas participadas e o próprio Município.

Usou da palavra o Senhor Deputado Germano Morais para dizer que deveriam também ter anexado um balancete para podermos verificar se houve boa aplicação do anteriormente previsto. Pois para se poder votar a favor ou contra, teríamos de ter um balancete. Pediu ainda um esclarecimento, relativamente a uma verba de aproximadamente 213.000,00 Euros, que se destinam aos arranjos urbanísticos em Vale Amoreira. Perguntou se podiam esclarecer que arranjos eram estes.

Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara José Cardoso, para explicar ao Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos, que relativamente aos proveitos diferidos, a Câmara teve o gosto de contar com a sua contribuição para aumentar estes valores, isto devido à aprovação de algumas candidaturas e quanto mais candidaturas foram aprovadas, estes valores crescem exponencialmente, principalmente pelo valor da Pista da Relva da Reboleira. Isto só vai desaparecer das contas à medida que forem amortizados os valores. Até lá vão continuar contabilizados como proveitos diferidos e vão ao longo do tempo desaparecer. Continuou para referir que, relativamente à participação da Câmara na Hidroeléctrica e Fundação Escola-Gest, a Câmara Municipal tem uma única participação na Hidroeléctrica e em relação a esta empresa todos os anos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

são contabilizados os dividendos sobre os lucros (10% sobre os lucros da empresa). Sobre cada uma das nossas participações nas outras entidades, associações ou não, há quotas autónomas e nomeadamente na fundação, que estão disponíveis para consulta. Existe uma participação da Câmara no capital social da fundação, pois para aqui é a única informação em termos de contas do município. Pois devemos informar qual é a quota do município nas diversas Associações ou empresas participadas.

O Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos, questionou o executivo para saber se os eventuais encargos e eventuais dividendos que possam advir da Fundação ou da Hidroeléctrica de Manteigas, estão contemplados na prestação de contas.

O Senhor Vice-Presidente, disse que não são contabilizados nas contas da Câmara Municipal, excepto o da Hidroeléctrica. Relativamente à Fundação não há cruzamento com as contas do Município.

O Senhor Presidente da Câmara disse que relativamente à Fundação há dois tipos de resultados possíveis que podem vir para a Câmara: por um lado são os gastos com consumíveis, designadamente, água, e por outro lado, as rendas que devem à Câmara Municipal. Em termos de resultados internos da própria Fundação, ela é autónoma em relação a essa matéria. Não havendo distribuição de resultados positivos, não há forma de alterar o processo. Relativamente às Águas do Zêzere e Côa, sucede que houve uma nova chamada ao capital que consta das contas que apresentamos. Pois nas empresas municipais há necessariamente consolidação, o endividamento da Câmara é acumulado ao endividamento das empresas e assim contam ambos para o cômputo do endividamento Municipal. Continuou ainda para salientar que, há equipamentos alugados às Águas do Zêzere e Côa pelos quais são devidas rendas, aqui também aparece nas contas como aluguer de equipamento a terceiros.

Usou da palavra o Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos para referir que, relativamente ao relatório debruçou-se de forma aprofundada e que gostaria de fazer alguns comentários. Pois independentemente de quem o fez ou redigiu, o que está em causa é de quem o assinou e parece-me que de facto a forma como ele está feito, julgo que, e pede desculpa se é um pouco duro, que isto é um autêntico insulto à lucidez dos Senhores Deputados Municipais. Pois não pode ser um relatório de gestão elaborado da forma que está, e passo a demonstrar porquê!

Na página 3 do relatório julgo detectar um erro, um lapso de ortografia, quando se referem ao nicho de Santo Amaro, pois ele julga que será re-nicho de Santo Amaro. Pois o Santo Amaro já esteve no passado nestes relatórios de gestão. Peço então que corrijam esta parte do relatório. Tenho agora a preocupação de sublinhar as taxas de execução das despesas no seu conjunto, ou seja, das despesas correntes com as despesas de capital. Pois sublinhar a taxa de execução das despesas no seu total, não tem qualquer relevância, a não ser que se pretenda de alguma forma mistificar o que de facto é relevante, que são as despesas de capital. No que respeita às despesas correntes e receitas correntes; no final de cada ano, nós sabemos as despesas correntes do ano anterior, e sabemos as receitas correntes que podem ter uma pequena flutuação, como tiveram, eventualmente pela execução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), que já se reflecte na conta de 2004. Agora de facto, não é relevante que se procure demonstrar que há uma taxa de execução elevada com as despesas totais. O que interessava demonstrar era que as despesas de capital, tiveram de facto uma execução significativa. Embora venha referido no relatório qual é a taxa de execução das despesas de capital, mas o que tem relevância na leitura, mais ou menos apressada que se possa fazer do relatório é a taxa de execução das despesas totais, que são altamente inflacionadas pelo valor das despesas correntes. Lembrou ainda que estamos a falar no montante de 3



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

milhões de Euros de despesas correntes, e despesas de capital no montante de 2 milhões de Euros e portanto, de uma diferença significativa de perto de 1 milhão de Euros, em relação às despesas. O que interessa de facto aprofundar portanto, é saber qual foi a taxa de execução das despesas de capital. Daí que começamos por ver na página 12, porque é que nas despesas de capital a taxa de execução anda pelas ruas da amargura. É porque as despesas correntes, que como já aqui foi assinalado e bem pelo Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, tiveram um crescimento de 2002 para 2004, de 38,85%, ou seja, cerca de 40% que aumentaram as despesas correntes. E isto, é que não pode deixar de se condenar neste relatório, quando se tem a lata de afirmar na parte final e quando se comentam resultados, que de facto se consegue um resultado significativo de 208 mil, mas que reflecte a política continuada de investimento em detrimento do aumento desmesurado das despesas correntes, ou seja, 40% de aumento das despesas correntes no triénio, não é considerado um aumento desmesurado. Pois aqui parece que isto é usado no relatório, de forma a que estes números, são aproveitados para serem virados ao contrário. Diz-se nos resultados que não há um aumento das despesas correntes. Se 40% não é um aumento desmesurado de despesas correntes num triénio, em que durante 2 desses anos os vencimentos superiores a 1000,00 Euros não tiveram aumento, e em que houve uma actualização salarial baixa na ordem dos 2,5%, estamos perante uma situação que eu considero grave, pois as despesas correntes aumentaram cerca de 40%. Isto é aquilo que consta do relatório. Por outro lado na página 16 diz-se que no que diz respeito às receitas, e demonstrou-se rigor, com que foram elaborados os documentos previsionais, e isto quando se diz que foi nas receitas de capital, como é óbvio, (pois isto não foi lido por quem assinou) que se verificou uma taxa de menor execução por força dos desvios apurados nas transferências de capital no valor de 57,81%. Na página anterior verifica-se que a menor taxa de execução, não é a das receitas de capital, mas naturalmente a das despesas de capital que é de 55,42%. Isto não significa que há lapso só, pois pretende-se demonstrar que a responsabilidade da baixa taxa de execução das despesas de capital, resulta da baixa taxa de execução das receitas de capital, e portanto imputa-se a terceiros esta baixa taxa das receitas de capital. Dava jeito que, de facto, a taxa de execução das despesas de capital fosse inferior à taxa de execução das receitas de capital, mas assim não é, porque contradiz o quadro anterior. Se passarmos de facto para a página 17, vamos concluir que se refere a um equilíbrio com que tem sido realizada a gestão deste Município neste triénio. Aqui também deverá haver lapso dactilográfico pois, o que houve foi dado à gestão deste município, foi um desequilíbrio! Na verdade, o quadro abaixo prova isso mesmo, o que se verifica é que a execução das despesas de capital no triénio de 2002 a 2004 (Pg. 17), baixa de 62% em 2002, para 59% em 2003; para 55% em 2004. Isto quer dizer que numa média decrescente de 3,5% ano das despesas de capital, chega-se à conclusão que em 2010, se isto continuar assim, as despesas de capital vão ter apenas uma taxa de execução de 35%, E em 2020 a este ritmo de execução, não há taxa de execução de despesas de capital, é reduzida a zero, ou seja, ficamos parados, no que a isto respeita.

Continuou o Senhor Deputado para salientar que há aqui que tomar medidas e que tem de ficar claro perante nós, que a situação a que nos está a conduzir esta gestão, é de facto ruínosa, e que vamos ficar parados em 2020. Pois as taxas de execução das despesas de capital, são aquelas que fazem obra, que dão origem a investimento, e que se não forem executadas, uma vez que estão no orçamento, e se apenas forem executadas em 50%, significa apenas que se faz metade daquilo que está em orçamento, e isto de facto, leva-nos longe demais. Referiu ainda que existe aqui, e do meu ponto de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

vista, alguma desonestidade intelectual, na elaboração deste relatório. Porque senão, na mesma página 17, aquilo que é relevante; são despesas correntes, sobre as despesas totais, que é um ratio extremamente relevante que apareça calculado, pois trata-se de saber aquilo que se gasta em consumo, sobre o total das despesas. Não é pois possível elaborar um quadro como este, que se encontra na página 17, sem pôr o ratio mais relevante, sendo que este é o ratio das despesas correntes sobre o das despesas totais. As despesas correntes sobre as despesas totais, representam hoje neste município cerca de 57,8%, ou seja, estamos com despesas correntes sobre despesas totais muito próxima de 60%. Pois por isso também não é de estranhar que na página 18, no quadro do ratio de investimento, estejamos também perante o investimento sobre a despesa total. Aqui o decréscimo ainda é mais assustador, pois o decréscimo de 2002 para 2004 é de mais de 12%, ou seja, de 2002 para 2003, baixou cerca de 6%, de 2003 para 2004, baixou 6%, ou seja, é o investimento que esta Câmara faz sobre a despesa total, logo mais rapidamente, deixamos de ter investimento nesta Câmara. Posto isto, que é realidade dos números, e volto a reafirmar, seja de quem for a responsabilidade e para mim a responsabilidade é de quem assina e de quem aprovou; pois os nossos vereadores votaram contra, pelo que não são responsáveis por esta série de distates e decisões e falta de rigor que constam, deste relatório. No que toca aos proveitos, não faz sentido nenhum, dizer-se na página 19 que os proveitos e ganhos financeiros constituem, os proveitos com maior peso, tendo atingido no ano, e se se somarem as percentagens, atinge-se o valor de 99%. O que eu pergunto é onde estão os proveitos com menor peso. Isto não é possível, pois é de facto um insulto à nossa lucidez na apreciação do relatório. Portanto tem de ser revista a forma como é feito o relatório, tem de ser necessariamente feito de forma séria, para aqui ser apreciado, pois há aqui situações em que chega, e da forma como está feito e da forma em como não foi conferido, há aqui uma situação (onde se solta uma gargalhada); pois o desejo de demonstrar que a qualidade de gestão é boa, vai a tal ponto onde se diz que em 2 anos consecutivos se ultrapassou a maior taxa de sempre de execução das despesas. Entramos aqui no domínio do absurdo, pois pode-se ultrapassar uma vez a maior taxa de sempre de execução, no ano seguinte já não se está a ultrapassar duas vezes, está-se a ultrapassar novamente uma vez. O que isto traduz não é um lapso, mas sim a preocupação de transmitir para este relatório uma lisonja em relação à qualidade de gestão. Ora isto da parte técnica é inadmissível, pois a parte técnica tem de elaborar o relatório com aquilo que os números dizem, a parte política do resultado que a parte técnica lhe apresenta, fará a composição que lhe será mais favorável. Mas a parte técnica não pode elaborar de forma pouco rigorosa que aqui está, um relatório deste tipo.

O Senhor Deputado Germano Cleto usou da palavra para dizer que em termos globais ficou surpreendido com a diferença entre despesas correntes e despesas de capital. Referiu ainda que devemos acautelar em termos futuros a gestão dos recursos da Câmara. Queria ainda lembrar apenas uma coisa: todos nós que aqui estamos e o povo que está lá fora, está na expectativa quanto aos próximos fundos de coesão. Pois estamos todos interessados na forma como os grandes da Europa, se vão referir ao nosso deficit orçamental nacional. Vamos crer que os Municípios não vão ser sacrificados, no que toca ao que aí vier em relação aos fundos estruturais e fundos de coesão. Percebo por outro lado que quem está na Câmara, sente a pressão das despesas inevitáveis e isso não ponho em causa. Não ponho também em questão todos os gastos que fizeram em relação à modernização administrativa, mas reconheço que a Câmara tem feito um grande esforço, no que toca à requalificação urbana da Vila, pois chego a Manteigas e vejo que as fachadas a pouco e pouco vão melhorando o seu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

aspecto. Apela ainda para que de futuro as despesas de capital e correntes não sofram este desnível.

Usou da palavra o Senhor Vice- Presidente José Cardoso, para começar por responder ao Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos, para lhe dizer que estamos a discutir hoje este assunto, como há 15 anos, hoje não podemos discuti-lo nos termos que o discutíamos. Pois, estamos a comparar números que não são comparáveis. Estamos a falar de formas de contabilização que no ano passado, ou há dois anos eram de uma maneira, e no ano passado passaram a ser de forma diferente. Nós temos aqui duas ou três situações que prejudicam as despesas correntes, embora este discurso de despesas correntes e despesas de capital tenha de acabar definitivamente. O POCAL obriga a que todas as obras descritas na página 7, obras que podem valer desde 30 a 80 mil contos em materiais e despesas de pessoal, eram todos contabilizados em despesas de capital em 2003, em 2004 são contabilizados em despesas correntes. Logo aqui temos um manancial de despesas que empolga por um lado as despesas correntes e diminui por outro lado as despesas de capital. Outra situação tem que ver com a dinâmica desta Câmara, Senhor Deputado Lemos Santos, pois cada vez que estamos a fazer uma candidatura, e temos tido o grato prazer de ter visto aprovadas por várias candidaturas: o Manteigas em Movimento criou 5 postos de trabalho; o Inter-agir, 2 postos de trabalho; o Espaço Internet, mais 2 postos de trabalho; a Rede Social, 1 posto de trabalho; os Poc's que temos tido, os estágios profissionais que temos tido, todas essas candidaturas provocam despesa. Se constatarmos que as despesas de pessoal aumentaram fruto da dinâmica da Câmara e não do despesismo desta Câmara, nós verificamos facilmente que as despesas de pessoal do quadro diminuíram. Pois, não temos um chefe de Divisão Administrativa, nem chefe de Divisão Técnica. Não temos altos vencimentos nos nossos quadros e temos tido uma contenção de despesas de pessoal assinalável. Apesar dos aumentos com as reclassificações do pessoal, têm diminuído as despesas, embora nas contas apareçam empoladas. O seu discurso foi todo redondo à volta da mesma matéria, ou seja, despesas correntes. E a justificação está dada. Empregou algumas expressões que não estava habituado a ouvir-lhas, mas disse que houve desonestidade intelectual, e que houve gestão ruinosa. O que é pertinente é que em relação às despesas de capital é ler a página 1, pois o Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos, leu as páginas todas para a frente e esqueceu-se que temos mais de 1,5 milhões de Euros de candidaturas de receitas de capital, que deixamos de receber. Se não recebemos, como é que podemos ter despesas de capital empoladas; se não temos o dinheiro? A preocupação da oposição não deveria ser a verificação se os ratios são estes ou aqueles, se as percentagens são estas ou outras, era verificar se o dinheiro que a Câmara tem, o pouco dinheiro que a Câmara tem, e tem tido mais à custa de muitas candidaturas, foi mal gasto ou bem gasto. Se o dinheiro disponível foi gasto aqui e deveria ter sido gasto além, se as prioridades deveriam ter sido diferentes!

Agora se não gastamos o dinheiro, o dinheiro está cá. E a Câmara de Manteigas, como se sabe tem uma situação invejável, mesmo com as baixas taxas de execução, duplicam o valor das taxas de execução de algumas cidades aqui próximas. Pois assim custa-me a entender a lógica do seu raciocínio. Finalmente, uma palavra para o técnico que fez este relatório, ou seja, o técnico que elaborou este relatório, fez o da Câmara de Castelo Branco, o dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, o da Câmara da Covilhã, o dos Serviços Municipalizados da Covilhã, da Câmara da Guarda, o dos Serviços Municipalizados da Guarda, assim não acredito que o técnico sendo tão mau e tão falso nos números que apresenta, tenha crédito nestas entidades todas. Nós não mudamos uma vírgula, a partir da página 9, só até à página 9 é que o executivo interveio no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

esclarecimento destas situações. Em relação ao Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos e à sua intervenção quanto ao Neve Estrela, quero dizer que só não vem mencionado porque a Câmara não se apropria de intervenções que são próprias das colectividades e Associações.

Usou da palavra o Deputado José Manuel Novo de Matos para questionar se todas estas actividades referidas no relatório são iniciativas da Câmara, ou em parceria da Câmara. O Senhor Vice-Presidente disse que sim, mas a Câmara apenas apoia o Neve Estrela, mas nunca foi em parceria.

Usou da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão para salientar que por um lado se diz no relatório que a taxa de execução das receitas correntes é de 106% e a das despesas é de 99%, e noutro lado do mesmo relatório se diz que as receitas correntes não foram suficientes para cobrir as despesas correntes, ora é isto que não se entende e que queria que lho explicassem.

O Senhor Vice-Presidente referiu que o aumento da dívida nestes anos foi de 80 mil contos, pois todos ouvimos no início do mandato que era intenção da Câmara fazer um endividamento maior para fazer face às despesas do plano de actividades. A nossa projecção era um endividamento de 1 milhão de contos, e chegamos aos 80 mil contos, estamos muito longe do anunciado no início do mandato.

A Senhora deputada Irene Paixão dos Santos Leitão referiu que o que quis salientar neste relatório de gestão foram as incongruências apontadas, e ainda que não se nota que tenha havido um decréscimo do endividamento, isto para se dirigir á última intervenção do Senhor Vice Presidente.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para dizer que só fala, porque foi advogado enquanto assinante daquele relatório. Dirigiu-se então ao Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos, para lhe dizer que o Senhor nem parece um agente do Estado; o Senhor que há uns anos é agente do Estado, nem o parece. Parece que anda de costas voltadas para o Estado e para todos nós. O Senhor que não conseguiu mobilizar a unidade de gestão em tempo útil para os programas do PO - CENTRO, AIBT da Serra da Estrela; o Senhor que comprometeu cerca de 94% das propostas relativamente ao investimento na Serra da Estrela; gostava de lhe perguntar em 1º lugar, para não me responder, quanto é que executou entre o aprovado e o programado. Ora evitava perfeitamente, penso eu, Senhor Deputado de dizer que havia desonestidade da parte de quem quer que seja; nesta casa acho eu que nenhum de nós é desonesto, e que qualquer palavra nesse sentido, acho que é ofensivo para todos nós. E tenho de lamentar que o Senhor Presidente da Assembleia, não tenha dito exactamente isso, porque os outros não se acharam ofendidos, nem acharam que havia desonestidade deste lado. Isto é no mínimo desagradável. Eu sei, que há quem prometa sem poder e quem divida, o que não tem. Nós nem prometemos aquilo que não temos e não podemos dar nem dividimos, aquilo que não temos. Uma coisa é certa e verdadeira, se o Senhor viu o relatório todo e sabe que estes 300 mil contos de reembolso, o Senhor está integrado numa estrutura, que eu não estou, eu sou subsidiário e subjacente a essa estrutura que me deve 300 mil contos, e o Senhor está lá nessa estrutura, eu nunca o vi reclamar, nos Conselhos Gerais, o facto de não haver em tempo útil o reembolso para estas actividades. Como é que o Senhor me pode exigir, se o Senhor me deve ou alguém por si, ou o Senhor com alguém, 300 mil contos; como é que quer que eu desenvolva um processo. Eu acho que aqui no mínimo, é o Senhor que está transparecer desonestidade em termos do seu raciocínio, e se não for assim, Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos, peço-lhe desculpa por aquilo que disse, mas é o que transparece. Pois de facto o que ontem vimos, e o que vimos na unidade de gestão, o que vimos em mudança



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

de 3 Presidentes de Comissão de Coordenação num espaço curto de tempo, o que vimos com o alterar e limitar verbas na AIBT, onde o Senhor me viu reclamar a mim, que queria uma AIBT reforçada e estive consigo nesse sentido; o Senhor nem sequer reclama aqui esse processo, dizendo que o Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, foi o único que falou sobre essa matéria, contra outra AIBT; para a qual o Senhor também não queria que fosse transferido o dinheiro todo e não conseguimos. Pois é preciso dizer que não conseguimos e também percebê-lo. É preciso também dizer, Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos, que conseguimos um nível de candidaturas invejável, e que conseguimos ir a tudo o que era possível ir. E isto Senhor Deputado, e deixe dizer-lhe isto agora, porque me chamou desonesto, mesmo quando o Senhor retira um montante de 400 mil contos para Seia e o tira a Manteigas. Mesmo quando o Senhor retira o Centro de Interpretação de Manteigas e o leva para Seia. Gostava de perguntar: quanto é que tem executado o Centro de Interpretação de Seia? Pois ao fim de seis meses não apresentou praticamente nada de despesa! O Senhor sabe isto e eu também sei!

Aliás Senhor Deputado, nunca me habituei a falar consigo nestes termos, mesmo quando eu vejo que as coisas não estão correctas. Pois uma vez tive oportunidade de dizer que o Senhor contra a vontade da Ministra da Tutela e contra a vontade do Senhor Presidente da Comissão de Coordenação, desviaram uma verba, sem ter ouvido nem a Ministra, eu tenho documentos e provei-o na altura, nem o Presidente da Comissão de Coordenação Regional. De facto, falta-nos fazer um empreendimento, deixando de fora o Campo de Golfe, que o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos não gosta, mas outros dirão se é bom ou não, pois estamos a rever o plano de ordenamento sobre essas matérias, e se calhar é mesmo exequível. Falo do Centro Lúdico Termal. Quando temos um INATEL, que para repetir e agora chatear, há um ano não nos dá os números dos artigos matriciais, para chegarmos a acordo relativamente a uma expropriação que foi aprovada junto do Secretário de Estado da Tutela na altura e que até assim não nos os deu; e que temos tudo aprovado para a expropriação, ó Senhor Deputado, há coisas que nos ultrapassam. Mais e depois consigo e ainda sobre este empreendimento, seguindo bem aquilo que ouvimos de si e que nós respeitamos, que efectivamente a pista de gelo não seria a coisa mais adequada, vamos fazer algo mais abrangente, um SPA. Nessa estivemos consigo, pois é uma atitude construtiva. Mas quando nós deparamos com insuficiências que nos são alheias, nomeadamente insuficiências financeiras que não são culpa nossa, mas do Governo qualquer que ele seja, que entende ter uma política errada, quanto às finanças locais, do nosso ponto de vista, e dissemo-lo sempre, com a Associação Nacional de Municípios. Apesar disso estão à vista todas as acções que dinamizamos, como todo o apoio à 3ª idade, à juventude, às novas tecnologias, quando impomos o Inglês nas escolas de Manteigas, antes de toda a gente; como é que vem dizer que há despesas correntes e de capital, tenham dó! Se investir nos jovens e idosos, não é despesa de capital, ó Senhor Deputado, então estamos fora deste mundo. E então eu estava a pretender, que o carácter social que o Senhor aqui representa, pelo menos teoricamente; porque eu não admito que ninguém mais do que eu, tenha esta noção de social, atendendo à minha origem, ao meu percurso e à minha situação actual; se nós já não consideramos que investir nas pessoas é investimento em capital, Senhor Deputado, então está tudo estragado, então o Senhor já se desviou daquilo que são os parâmetros ditos, da social democracia, ou do socialismo, porque nós investimos aqui. E ninguém se pode queixar em Manteigas que não protegemos exactamente estas situações, e aliás fizemos um investimento. Temos lacunas, e se calhar há outros processos e porventura algumas falhas que não nos são imputáveis, e antes têm interpretação diversa; é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

evidente que as despesas correntes podem aumentar e as receitas correntes aumentaram também, e mesmo assim não cobrem aquelas, porque embora eu tenha previsto num lado e previsto no outro, não encontraram mesmo assim retorno necessário e suficiente. E isto Senhor Deputado, não é nenhuma ofensa à inteligência e acho que estas pessoas que aqui estão, também leram o relatório e não se sentiram ofendidos na sua inteligência. Temos o nosso técnico de contabilidade que através do POCAL não consegue demonstrar, que um muro determinado seja um bem de capital, pois é corrente. Isto porque esta é uma noção perfeitamente desfasada de, despesas e receitas de capital e correntes. Hoje em dia, não há ninguém, que faça esta cisão. Isto é de um misticismo dos indivíduos que são burocratas, não é misticismo dos autarcas. Não me pareceu bem que o Senhor Deputado tenha dito que quem escreveu este relatório de alguma maneira tivesse tido alguma desonestidade, se houver alguma coisa que esteja errada, serei o primeiro a dizer: peço desculpa, se induzi algum erro. Mas o Senhor que tem tradição de gestor, o Senhor não admitiria que numa Assembleia Geral o chamassem como gestor desonesto pois, há coisas que não se dizem, porque magoam as pessoas, e não se dizem a ninguém.

Usou da palavra o Senhor deputado João Adelino Paixão Salvado para referir que o Senhor Presidente da Câmara já se tinha pronunciado acerca de algumas das questões sobre que ele se iria debruçar, e como achou que as mesmas já estavam devidamente explicitadas, passou a outros pontos. Na parte do Senhor Deputado Germano Cleto, quando se refere aos gráficos, não entendeu. Pois acabamos de ouvir agora que todo o relatório da prestação de contas foi elaborado por um técnico competente, que trabalha para várias Câmaras, e os gráficos hoje em dia são elucidativos, pois permitem-nos evitar a leitura das letras pequenas, os gráficos são elementos elucidativos. Referiu ainda que relativamente ao que se fez nestes 4 anos no Concelho, foi muito positivo. É evidente que se calhar gostaríamos que tivessem sido feitas mais coisas e melhores coisas; e se calhar gostaríamos que o Jardim da Vila tivesse outro tipo de arquitectura, outra solução, mas uma coisa é certa, por vezes os técnicos ou os políticos estão a ver as coisas no papel e não se está a ver bem, o que é que aquilo vai dar. Portanto, o que temos é de tentar melhorar aquilo que está lá. Pois a verdade é esta: alguma coisa foi feita, e melhor é fazer alguma coisa, mesmo que mal, do que não fazer rigorosamente nada. Dentro da Vila, há algumas coisas que merecem relevância: o arranjo da entrada da Vila, o enterramento das linhas, o arquivo, etc. Podiam ter sido feitas mais? É verdade que podiam, vamos esperar que no futuro, tal seja realizado ainda melhor.

E continuou para dizer que relativamente ao Campo de Golf é discutível. Não consigo com toda a franqueza dizer se é um empreendimento que vale, ou não vale a pena. Quer-me parecer que o Campo de Golf, se fosse possível fazer, poderia trazer para a região outro tipo de atractivos, porque o que verificamos hoje em dia, e só não sabe isto quem não está atento e não quer ler as situações relacionadas com a actividade imobiliária, que onde hoje a actividade imobiliária se desenvolve e onde o produto imobiliário é vendido com rapidez, é onde há campos de Golf. É muito importante que alguém tenha ideias e que tenha iniciativa, porque senão andamos todos durante muitos anos à espera que aconteça alguma coisa. Porque, curiosamente, há uma coisa que acha interessante, se formos ver bem, alguns dos investimentos privados que há em Manteigas, não foram realizados por pessoas da terra, ou que pelo menos vivam cá permanentemente. Relativamente à piscina e ringue de gelo, questiona a Assembleia, se sabe das dificuldades que têm existido relativamente às entidades que aprovam este tipo de questões.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão disse que já se arrasta há 2 anos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado, referiu que de há 4 anos para cá a Câmara tem-se empenhado; tem contactado as entidades, reformulou um projecto que estava feito, em que se chegou a uma determinada altura percebeu-se que não era o projecto ideal para a Vila e foi reformulado. Mas independentemente disso é preciso ter apoios das entidades paralelas, o Senhor Presidente da Câmara acabou de referir, que só para definir quais são os artigos que vão entrar na expropriação há um ano que estão à espera. O investimento intelectual nos jovens, também contribui para o acréscimo de despesas da Câmara. Independentemente daquilo que não foi feito houve muita coisa que foi feita e que também deve ser realçada.

Interveio o Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos para dizer que de facto ia ser duro na análise do documento. Continuou dizendo que e volto aqui a reafirmá-lo; há desonestidade intelectual em quem elaborou este relatório, só que eu, na qualidade em que aqui estou tenho de assacar responsabilidades a quem o aprovou, e foi isso que eu disse na minha primeira intervenção; não disse que havia desonestidade intelectual em relação a quem o aprovou, mas em quem o elaborou, isso eu disse-o e repito-o; há aqui lapsos e não são inocentes, e tive o cuidado de o dizer; há aqui lapsos que pretendem induzir que há uma qualidade de gestão, quando ela não se verifica. Há dados que são omitidos, nomeadamente o ratio, extremamente importante, das despesas correntes sobre as despesas de capital, que não há técnico nenhum, em Câmara nenhuma que o não faça; se faz todos os outros, porque é que não faz este? Isto significa que aqui há desonestidade intelectual, como há quando se diz exactamente o contrário do que está no quadro. O quadro diz que, a menor taxa de execução é das despesas de capital, e porque é que se diz à frente que a menor taxa de execução é a das receitas de capital? Quem não viu isto com cuidado fica com a ideia que o mal é o da taxa de execução das receitas de capital ser tão baixo. Acrescentou que não estranhou que o Senhor Vice-Presidente tenha dito repetidamente que a distinção entre despesas correntes e de capital, está ultrapassada, que isso era antes! De seguida referiu que se deu ao cuidado de fazer o seguinte exercício, nos investimentos, que não podem deixar de ser capital, seleccionou -os: em que o critério que adoptei, foi ver na prestação de contas quais os investimentos definidos para o ano de 2004, acima de 100 mil Euros, o que me pareceu razoável, como despesa de capital. Refiro-me aos candeeiros envolventes à Câmara Municipal, aos arruamentos diversos, à mostra gastronómica, ao Solar da Castanha, ao enterrar da rede na estrada de São Marcos, investimentos que constam como definidos para o ano de 2004, com determinada verba. Sobre estes fui ver quais são os que estavam executados. Concluí aqui que estamos a falar de uma verba de cerca de 50% das despesas de capital executadas, o que me parece relevante como amostragem. E estas obras são todas elas, sem dúvida, de capital. Pois Senhor deputados, em relação a estas obras a taxa de execução não é de 55% do total, conforme consta da taxa de execução das despesas de capital, mas apenas de 49,27%, ou seja não chega a 50%. Se isto não é investimento, se isto não é despesa de capital, então não sei o que será, e não estou a misturar as coisas; agora que esta taxa ainda é inferior ao total da taxa de execução das despesas de capital, bem Senhor Deputados, eu fico-me pelos números. Não tenhamos ilusões, há uma situação que não está a ser bem encaminhada. Ainda em relação há desonestidade intelectual, que feriu os vossos ouvidos, devo repetir, eu vi claramente que o documento não tinha sido elaborado pela Câmara, e ainda bem que o Senhor Vice-Presidente o confirmou, pois só a partir da página 9 é que os comentários começaram. Pedi ainda o favor de enviarem ao técnico a declaração de voto a entregar no final, para que comprove e que veja efectivamente, não pode continuar a dizer que há um equilíbrio. Relativamente à intervenção do Senhor Presidente referiu que deu o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

pontapé de partida para a campanha eleitoral, estamos de facto na campanha eleitoral. Quando ele afirma que eu desviei 400 mil contos que estavam previstos para investimento em Manteigas, e que os desviei para outra localidade, ele esqueceu-se de dizer que isso só aconteceu, ele sabe tão bem quanto eu, que só depois de me confirmar que a aquisição de São Gabriel não era viável, tanto mais que sobre o valor que o proprietário pedia, existiam ainda vários ónus da ocupação do industrial que fazia a lavagem de lãs; só a partir desse momento é que se considerou que o Centro de Interpretação não podia deixar de ser feito, ou seja esta medida da AIBT Serra da Estrela, tinha de necessariamente ser aproveitada para criar um Centro de Interpretação, que era o equipamento que se considerava mais estruturante para a região, só após ele me ter confirmado que não era possível a aquisição de São Gabriel, é que se começou a posicionar a possibilidade de o transferir para outro lado. Naturalmente quando surge uma outra Câmara com um Parque Botânico, enfim um sítio perfeitamente adequado para criar um Centro de Interpretação, não era possível dizer que não, pois a execução teria de andar. Execução essa, que pelas minhas contas deve ultrapassar os 80%, isto pela ratio do executado sobre o programado, sendo isto o que interessa em termos de eficiência. Agora há aqui uma questão, que se foi bem ou mal gasto o dinheiro, é Câmara que tem de nos dizer, e aquilo que o relatório devia explicar e não explica.

Usou da palavra o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, para salientar que em relação ao Senhor Vice-Presidente, parece não ter ouvido o que disse ou entendeu mal o que disse. Continuou referindo que naquela análise que fiz sobre os gastos em pessoal, eu disse que, só há uma hipótese, terem aumentado tanto esta percentagem, dado que a função pública não teve aumentos, só se houve um grande aumento significativo de contratação de novo pessoal para a Câmara e se assim foi, acho muito bem, e dou os parabéns à Câmara, pois o que eu disse foi isto. E depois o Senhor Vice-Presidente vem criticar a minha intervenção, contra-argumentando com aquilo que eu tinha acabado de dizer, isto não é normal. Em relação ao Senhor deputado João Adelino Paixão Salvado, ele não compreendeu, aquilo que eu disse, pois, se calhar só tem uma explicação, provavelmente não acompanhou a história desta terra nos últimos 26 anos com eu. Não percebe o que é uma imagem, pois quando falou em amigo Alberto João, correligionário do mesmo partido, apenas se quis referir ao modo como gere o seu governo. A única crítica que faz é em relação aos vocábulos.

O Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado referiu que percebeu a questão da imagem. O Senhor vem sistematicamente com a filosofia do comunista do papão, eu penso que já não é oportuno este tipo de linguagem. Nestes 4 anos o que se nota é ironia.

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para informar o Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos, que em relação à sua questão de saber qual o montante de dividendos da Mini-Hídrica que entraram na Câmara Municipal foi de 56 208,06 Euros, isto em relação a 2003. O Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos disse que sendo uma verba com alguma expressão devia constar do relatório.

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para por à votação o ponto nº 3.1 da ordem dos trabalhos: Apreciação e aprovação da Prestação de contas do ano de 2004 e Aplicação de Resultado Líquido do exercício. Foi obtida a seguinte votação: 8 votos contra, 1 abstenção e 10 votos a favor.

O Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado usou da palavra para ler uma declaração de voto do PSD, que a seguir se transcreve:

Declaração de voto

Apesar de o Relatório de Gestão, que faz parte integrante das Contas do exercício de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

2004, ser um documento exhaustivamente esclarecedor e elucidativo da dinâmica da actividade do Município, não podemos deixar de registar outros aspectos que demonstram uma actuação ímpar no ano de 2004, que faremos questão de confirmar e reforçar no ano de 2005:

- a execução orçamental, que se aproxima dos 80% na receita e dos 75% na despesa, é a mais elevada de sempre no Município e dificilmente encontra números similares no distrito e até no país.

- O Município de Manteigas é pioneiro, na região e no país, em relação a algumas acções de natureza administrativa, social e educacional, como se exemplifica:

- O Município de Manteigas foi o primeiro no país a iniciar um processo de certificação dos Serviços Administrativos no seu todo.

- O Município de Manteigas era no final de 2004 o único concelho da região com diagnóstico social, plano de desenvolvimento social e plano de acção concluídos, o que lhe permite apresentar-se numa situação privilegiada na apresentação de candidaturas na área social (Progride, Ser Criança, POEFDS).

- O Município de Manteigas é um dos raros casos do concelho com carta educativa aprovada pelos órgãos próprios, o que lhe permite melhor acesso a candidaturas do Eixo III.

- O Município de Manteigas foi um dos primeiros, entre uns poucos municípios do país, a financiar o ensino da língua inglesa no primeiro ciclo do ensino básico.

- A gestão de recursos, nomeadamente os financeiros, foi desenvolvida com absoluto rigor, apesar das contingências e dos atrasos no recebimento de fundos comunitários, do funcionamento da CCDRC e das restrições ao endividamento, não sendo de admirar que no final de 2004 o Município não tivesse dívidas a fornecedores, uma situação a todos os títulos invejável no panorama das autarquias nacionais.

- A criteriosa selecção de prioridades, permitiram-nos, até ao momento, que todas as obras com alguma relevância financeira, realizadas e em curso, tivessem a garantia de aprovação de candidaturas, potenciando-se, a níveis muito significativos, a capacidade de multiplicar as acções prioritárias a iniciar em breve; isto significa que não existem quaisquer estrangulamentos económico-financeiros e que não hipotecámos o futuro do Município, como está a acontecer em tantos casos que todos conhecemos.

- As acções imateriais desenvolvidas no decurso do ano de 2004 foram, em qualidade e quantidade, as mais importantes ao longo de cerca de trinta e um anos de convivência democrática autárquica.

- A adesão, a participação e o envolvimento da comunidade manteiguense nas nossas iniciativas no âmbito das novas tecnologias, do cartão do idoso, dos programas sociais de habitação, entre outros, são os melhores indicadores da avaliação do trabalho desenvolvido.

Por tudo o que expomos desta forma sumária e pelo zelo e dedicação evidenciados pelo executivo no nobre exercício das suas funções, aprovamos o Relatório e Contas do ano de 2004.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão passou a ler uma declaração de voto que a seguir se transcreve:

Declaração de Voto

Votamos contra a aprovação de contas e condenamos o relatório de gestão, pois apesar de nele se afirmar que foi feito com o maior rigor possível objectivamente não há maior ou menor rigor. Ou existente rigor ou não existe. E no referido relatório não se verifica. A título de exemplo, sublinhamos tão só, que na página 1 no parágrafo 5 se refere que a execução orçamental da receita corrente é de 106,85% e a da despesa corrente de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

99,89%. Na página 10, afirma-se que as receitas correntes não foram suficientes para financiar as despesas correntes.

Quanto ao conteúdo do relatório é Nada.

E retomando um velho e salutar hábito que em passado recente, introduzia este tipo de documentos, terminamos citando Santo Agostinho:

Não fiz... quando o Querer não era mesmo que poder. Não fiz o que incomparavelmente era desejável, apesar de o poder fazer logo que quisesse Porque para o querer, basta querer sinceramente.

in confissões.

De seguida, o Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos usou da palavra para ler uma outra declaração de voto, que a seguir se transcreve:

Declaração de voto à Apreciação e Aprovação de Prestação de Contas do Ano de 2004 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.

O Relatório de Gestão que acompanha a prestação de contas do ano de 2004, é um insulto à lucidez dos Senhores Deputados Municipais pelas contradições que contém. A forma como se encontra redigido tal documento só pode ter uma explicação: a preocupação de justificar o injustificável toldou o espírito dos responsáveis pela elaboração de tal documento poder vir a ficar, como fazendo parte do anedotário nacional. Não é possível afirmar sem risco de virar anedota, o que consta na página 16 do documento: A taxa de execução das despesas fixou-se nos 74,39% ultrapassando pelo segundo ano consecutivo o valor mais elevado de sempre na autarquia. Como facilmente se compreende e então não é mesmo possível conter a gargalhada, o valor mais elevado de sempre, não pode ser ultrapassado pelo segundo ano consecutivo. Após ter sido ultrapassado num primeiro ano, não pode haver um segundo e tão pouco consecutivo, em que tenha sido ultrapassado tal valor. Se é valor mais valor mais elevado de sempre, só pode mesmo ser ultrapassado uma vez. Dá-se este exemplo, não para achincalhar seja quem for, pois um lapso destes, qualquer um pode ter, mas antes para ilustrar o afã posto na superlativação da qualidade de gestão, de que o documento está cheio. A ponto de ter entrado no domínio do absurdo. A responsabilidade é no entanto, de quem o aprovou, assim acatando tal superlativo absurdo e se aninhou no conforto de tão tosca lisonja.

Por outro lado não é aceitável, que se procure cobrir com o manto diáfano da fantasia, a realidade nua e crua da incapacidade de gestão, que os números constantes do próprio documento revelam. Com efeito:

1 – Quando no final do documento (página 19), se diz que para o resultado líquido do exercício, contribuíram decisivamente não só as transferências e subsídios obtidos, mas também a política continuada de investimentos, em detrimento do aumento desmesurado das despesas correntes, está a esquecer-se que na pág. 12, se constata que as despesas correntes tiveram um crescimento no período entre 2002 e 2004 de 38,85%. Se cerca de 40% de crescimento das despesas correntes não é desmesurado, num período em que a inflação não terá ultrapassado em média 3% ao ano e em que inclusivamente houve alguns vencimentos congelados durante pelo menos dois dos três anos do período, então desmesurado, é mesmo só de facto o auto elogio à prestação destas contas.

2 – Quando na página 16 se conclui que foi nas receitas de capital, que se verificou uma menor execução por força dos desvios apurados nas transferências de capital (57,81%), como já foi justificado e se acrescenta como é óbvio, não está apenas a cometer-se mais um lapso, pois o quadro da página anterior, que está na base de uma tal conclusão, indica claramente que a menor execução é das despesas de capital (55,42%) e não das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

receitas. A inclusão do como é óbvio, atraiçoa toda a aduadora prosa. Dava jeito que a menor das taxas de execução fosse das receitas de capital e não das despesas, pelo que altera-se o óbvio da realidade dos números. Assim se imputava a terceiros, com mais facilidade, a responsabilidade da fraca execução.

3 – Quando na página 17 se conclui pelo equilíbrio com que se tem realizada a gestão do município neste triénio com base nem quadro que se mostra que a taxa de execução das despesas de capital, decresce de 62% em 2002, par 59% em 2003 e para 55% em 2004, está implicitamente a admitir-se que em 2010 e ao mesmo ritmo de tal equilíbrio, tal taxa de execução estará em 35% e em 2020 ela será praticamente nula, tendo então finalmente sido atingido pelo executivo municipal o nirvana. Apenas por rotina, se continuará a chamar executivo, a quem nada executa, mas antes se dedica e apenas à contemplação da montanha.

4 – Quando finalmente no quadro dos rácios de investimento na página 18, se confirma mais claramente o atrás exposto no ponto 3, pois o rácio de Investimento/Despesa Total decresce ainda mais acentuadamente, a um ritmo que ultrapassa os 6% ao ano, renasce em muitos de nós a esperança de que ainda estejamos vivos e de boa saúde, para assistirmos a tal contemplanções. A não ser cruces canhoto, que se verifique um acidente de percurso.

Não querendo ser convenientes com tal equilíbrio, que como se viu atingirá em breve o total imobilismo, os subscritores abaixo assinados, membros da bancada Socialista, enfrentando as cruces e o canhoto e dispensando a nirvaniana visão de contemplativa postura do executivo municipal, recusaram o seu voto favorável à prestação de contas do ano de 2004 e à aplicação do resultado líquido do respectivo exercício.

Após uma pausa de 15 minutos, entrou-se então na discussão do ponto 3.2 da ordem dos trabalhos, **1ª Revisão orçamental**.

Usou da palavra o Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos para pedir um esclarecimento, ou seja, porque é que se verifica uma alteração de 12.500,00 Euros para 112.500,00 Euros, há um acréscimo de 100 mil Euros, que transitam, em que 100 mil euros são destinados ao Centro Lúdico Termal, e pediu que o esclarecessem sobre este aumento.

Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente, José Cardoso para esclarecer que a maior parte das rubricas no orçamento inicial, estão sub-cabimentadas, daí que pela 1ª, nós apresentemos uma revisão orçamental, após a aprovação das contas. Pois verifica-se que temos muitas vezes saldos de tesouraria e não podemos utilizá-los, porque não estão previstas as verbas, no orçamento. Esta é uma das situações em que está sub-dotada, e nem para o projecto dava. Isto é essencialmente para pagar o projecto, pois foi todo reformulado.

O Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos usou da palavra para deixar um alerta pois, julgou que o projecto já estivesse mais adiantado, mas eventualmente ainda bem que não está. O alerta é que no outro lado da Serra da Estrela, em Unhais da Serra, foi lançada a primeira pedra de um complexo Lúdico Termal, que de facto parece com uma qualidade bastante boa a avaliar pela maquete e projectos, e que contém uma valência que parece muito interessante e que teve oportunidade de enviar por email ao Senhor Presidente, que era o jacuzzi externo, com que se permite estar dentro do jacuzzi com água termal ou aquecida por fonte termal a cerca de 27 graus, com toda a envolvente nevada. Era importante que de facto avançasse tão breve quanto possível o nosso Centro Lúdico Termal, é que teme que as Termas de Manteigas possam perder modernidade e capacidade de atracção em relação às termas de Unhais. Logo quanto antes deve ser lançado o nosso projecto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Deputado Germano Cleto perguntou se a piscina está excluída. E o ringue de gelo?

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a piscina vai ser construída, vai ter um Health Club e um Spa. Está contemplado no projecto esse pormenor, semi-interior.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão perguntou se fizeram o estudo de viabilidade económica, para o projecto do Centro Lúdico Termal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o projecto tem um estudo prévio, tem medições, que dizem quanto custam, qual é a rentabilidade e retorno, pois tem uma componente social e não social. A componente social não tem retorno, a Câmara fará aquilo essencialmente para as nossas populações mais jovens e idosas, em termos de tendencialmente custo zero. Quanto ao resto, todo o processo que a Câmara tem não é só aquele complexo pois, estamos a entender que o hotel que fica a montante do viveiro da Trutas e do que ali existe, e ainda não desistimos do aproveitamento de São Gabriel e estamos em contactos com outras entidades financeiras para ver se conseguimos parceiros. Nós estamos a analisar este conjunto, para ser rentabilizado no seu todo, de outra forma, não é. Estamos a evoluir com alguma cautela no sentido de ver se este conjunto de investimentos pode ter retorno e se há alguém interessado conosco, público ou privado, a fazer parceria. Mas no entanto o complexo Lúdico Termal só por si, não sei se será rentável, acredito que não seja.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão referiu que no seu ponto de vista teremos de equacionar o investimento que a Autarquia poderá eventualmente ali vir a fazer e se terá algum benefício em termos económico ou social para o Concelho de Manteigas, caso contrário, é uma perda de tempo estar a sonhar tão alto, dizendo ainda que acha primordial um estudo de viabilidade económica.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que há resultados directos e indirectos. Os directos, tendo por base só o empreendimento, são negativos. O empreendimento da piscina de água aquecida custa em média 3500 contos/mês. Na parte da saúde, com fisioterapia e o Health Club, já será rentável. Tendo também em conta a circulação de pessoas para Manteigas, com todos os outros projectos abrangentes.

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para por à votação o ponto nº 3.2 da ordem dos trabalhos: 1ª Revisão Orçamental. Foi obtida a seguinte votação: 0 votos contra, 0 abstenção e 18 votos a favor. Foi a proposta aprovada por unanimidade.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia, fez uma proposta para que a deliberação fosse aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos. Posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

Entrou-se então no ponto **3.3., Proposta de alteração de taxas ao Regulamento Municipal, relativamente ao Mercado Municipal.**

O Senhor Presidente da Assembleia municipal passou a ler a minuta de deliberação da Câmara. Depois de alguns esclarecimentos dados pelo Senhor Presidente da Câmara para melhor explicitação da deliberação da Câmara Municipal, foi posta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. De seguida o Senhor Presidente da Assembleia, fez uma proposta para que a deliberação fosse aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos. Posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

Entrou-se então no ponto **3.4., Autorização para a contratação de empréstimo até ao valor de 419.177,00 € conforme comunicação da DGAL.**

Usou da palavra o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos para dizer que depois de ter lido a forma como está feita a contratação do empréstimo, acha que havendo necessidade de contratar um empréstimo, é óbvia a aprovação do ponto 3.4, quer do 3.5.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Usou da palavra o Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos para perguntar se o empréstimo que está autorizado pela DGAL, também se destina a projectos a serem co-financiados pela U. Europeia, ou seja, pela natureza dos que lá constam parece que não, pois é o caminho da Senhora Dos Verdes até à Enxertada e o outro é o parque Urbano de Vale de Amoreira. O segundo empréstimo é com certeza para fundos comunitários, para candidaturas aprovados a fundos comunitários. Agora o primeiro, queria saber se está integrado ou não na candidatura que foi feita, da chamada variante entre a estrada 232 e 338, se ele integra essa variante, se o projecto do caminho da Senhora Dos Verdes integra este projecto. Tive o cuidado de ver no projecto que está na cave, e julga que há uma variante que deixa o caminho da Senhora Dos Verdes e entra em caminho particular, queria saber se aquilo constitui uma obra que está indicada para ser executada por particulares, isto daquele projecto que está lá em baixo. Por outro lado, queria saber se também esse troço pelo caminho do privado está ou não incluído neste projecto, que foi posto a concurso recentemente.

O Senhor Vice-Presidente explicou que este dinheiro do empréstimo destina-se a obras do plano de actividades, indistintamente com ou sem candidaturas ao quadro comunitário. Quanto à passagem do caminho, passa por caminhos particulares. Pois para se fazer um caminho público com 6 metros, mais passeios, é duplicar o actualmente existente. O projecto prevê muros de contenção baixos, quer dizer que a zona ou o terreno a utilizar é muito maior.

Usou da palavra o Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos para dizer que se estava a referir ao ramal, que é feito numa 2ª fase.

O Senhor Vice-Presidente explicou que quando a estrada 338 era regional, o acesso pela Senhora Dos Verdes era de todo impossível, por causa dos afastamentos que eram exigíveis. A partir do momento em que passa a Municipal a estrada, já é perfeitamente viável fazer o prolongamento do caminho de ligação à Senhora Dos Verdes, que também será feito numa 2ª fase e o Ramal que está lá de ligação directa à Senhora Dos Verdes, vai sair junto ao estacionamento da Sotave.

O Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos perguntou ainda se o caminho é o que está lá, e que vai ser alargado. Pois ramal, é um troço desenhado lá em baixo no projecto e onde se diz da responsabilidade do privado, pois o ramal é aquilo que entronca no caminho e passa por terrenos particulares.

Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente para explicar que a ideia inicial do autor do projecto era que o caminho fosse desembocar junto à capela da Senhora Dos Verdes, só que aquilo tem uma inclinação assustadora, o que seria irreal.

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para por à votação o ponto nº 3.4 da ordem dos trabalhos: Autorização para a contratação de empréstimo até ao valor de 419.177,00 € conforme comunicação da DGAL. Foi obtida a seguinte votação: 0 votos contra, 0 abstenção e 18 votos a favor. Foi a proposta aprovada por unanimidade.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia, fez uma proposta para que a deliberação fosse aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos. Posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

Entrou-se então no ponto **3.5., Autorização para a contratação de empréstimo até ao valor de 404.794,21 € , de conformidade com o nº 6 do artº 19 da lei nº 55/B-2004 de 30 de Dezembro.** O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para por à votação este ponto nº 3.5 da ordem dos trabalhos: Foi obtida a seguinte votação: 0 votos contra, 0 abstenção e 18 votos a favor. Foi a proposta aprovada por unanimidade. De seguida o Senhor Presidente da Assembleia, fez uma proposta para que a deliberação fosse aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos. Posta à votação, foi aprovada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

por unanimidade.

Entrou-se então no ponto **3.6, Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara.**

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão usou da palavra para dizer que a apreciação que podia fazer, fê-la à custa do relatório de gestão que foi apresentado.

O Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos usou da palavra para referir que falta como projecto executado, a remodelação da Rua da Quinta de São Fernando. Não entende o porquê. A informação que tem face ao mau estado em que ficou a Rua é que a obra não teria sido aceite. Pois embora dada como concluída no relatório de gestão, quer lembrar que não foi aceite. O que quer saber é se é deliberado não constar na informação do Senhor Presidente da Câmara, ou então e se não é deliberado, quer uma explicação, porque é que consta como executada no relatório de gestão. Em relação ao muro do Poço do Inferno que também consta na informação, como obras em conclusão, quer saber que muro é este, inserido nas obras concluídas e em fase de conclusão, se este muro tem que ver com aquela barragem que caiu, se estão a implantar o muro ou não. Relativamente ao caminho do observatório das Penhas Douradas dado que aquilo se trata de estrada florestal, se agora passou para a Câmara a sua conservação ou não, e eventualmente através de participações dos programas contra incêndios.

O Senhor Deputado Germano Cleto usou da palavra para referir que nos projectos executados se faz referência ao levantamento do edifício da Casa do Povo e na definição do programa preliminar, constou-me que tinha a ver com uma expropriação em perspectiva ou em processo a decorrer. Faz uma sugestão relativamente ao que ali se irá construir, no sentido de ter ali um local polivalente, não apenas uma instituição, mas várias instituições. Também quanto ao Jardim da entrada da Vila dá a sugestão que relativamente àquelas paredes que contrastam com o verde, sejam aproveitadas para pôr ali o máximo de verde. Faz votos para que os municípios consigam alargar as suas fontes de receitas, nomeadamente através de uma intervenção no património, pois pagou de IMI por um imóvel que possui em Paço de Arcos, 400 Euros; e por um imóvel que tem em Manteigas, que embora sendo de 3 herdeiros, mas se fosse só de um pagaria 3 Euros. Fala disto contra ele, pois é caricato e acha que o problema é que as matrizes é que não estão actualizadas.

Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente para referir que a Rua da Quinta de São Fernando foi já objecto de esclarecimento na última Assembleia Municipal, onde foi dito que a Rua foi concluída, mas a obra não foi recebida. O empreiteiro comprometeu-se a rectificar todas as anomalias. No Poço do Inferno foi finalmente possível conciliar os interesses no sentido de repor, e de fazer o muro junto àquela casa que estava em ruínas, e que estava a cair. No caminho do Observatório foram realizados pequenos arranjos de valetas e tapados alguns buracos. A utilização que nós temos decidido em sessão de Câmara para a Casa do Povo, é um futuro café concerto, museu etnográfico, casa de cultura, pois isto permite-nos alguma flexibilidade na utilização do espaço. Mas temos de ter em atenção que a área é de 90 m². Relativamente ao jardim temos de deixar crescer os arbustos. Sobre os valores do património, pensa que as Finanças ainda não concluíram a actualização do património urbano, e as taxas que estão a ser aplicadas resultam daquelas que a Câmara aprovou, que foram as mais baixas.

Entrou-se então no ponto **4., Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.**

O Senhor Deputado José Quaresma Domingos usou da palavra para dizer que relativamente à Rua da Quinta de São Fernando, acha que temos de nos preocupar não só com o pavimento, mas também com os passeios, antes que alguém lá possa cair, pois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tem certos altos e baixos. Também alertou a Câmara para um cano que deita água para a Rua de Santa Maria. Fez também um alerta para um muro que está a cair no Bairro do Carrascal. Por fim referiu que existe uma levada no Outeiro, que trazia águas para a piscina, que neste momento já não traz. Mas quando foi feita era com essa intenção e logo na altura foi mal construída e agora está a dar problemas, pois há um troço que está completamente entupido.

De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Umberto Massano Leitão para dizer que relativamente à Rua de São Marcos e se ali houver alguma intervenção ou adaptação, e sabe que em 1º lugar está a segurança dos peões, só que relativamente aos passeios devia haver outro aproveitamento, e questionou se será possível existir uma conciliação. Pois se alguém estaciona, já é muito difícil o cruzamento de automóveis. Quanto ao Jardim fez uma sugestão no sentido de que, devia ser colocado um granito trabalhado naquelas paredes. Relativamente à Sotave é uma grande preocupação, pois anda toda a gente aterrorizada, isto porque parece que vão ser extintos mais 72 postos de trabalho. Isto é uma tragédia, pois se considerarmos um posto de trabalho igual a 100 contos, são 7000 contos/mês a circular em Manteigas. Quer saber quais as tentativas para resolver o problema. O que é que se vai fazer?

Soube também que houve um acordo de alienação de património da Sotave para a Câmara poder comprar. Como que um balão de oxigénio, e pergunta quais as perspectivas desse investimento da Câmara, o que é que vai fazer com o património que adquiriu?

Usou da palavra o Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos para se referir ao Bairro do Outeiro, uma vez que na semana passada soube, que foi aceite uma providência cautelar em relação às obras que estão a decorrer naquele bairro, e que terá eventualmente determinado a paragem das obras. Ora, o que gostava de saber, são as razões que lhe estão subjacentes. Relativamente à Rua de São Marcos parece que deve ser alterada aquela irregularidade de pavimento, que deve trazer problemas às pessoas idosas. Finalmente e no que toca ao jardim ou àquilo que vamos passar a chamar canteiro de betão, tem apenas que ver com a redução sensível da área daquilo a que se chamava Jardim da vila. Julga que o busto que constava desse jardim não sabe se terá possibilidade de voltar a ser colocado no sítio, mas eventualmente eu permitia-me sugerir e deixar à consideração da Câmara, a possibilidade desse busto, e dado que nunca disse realmente nada de significativo a Manteigas, diz muito mais a Sameiro, pois é mais grato a Sameiro, do que a Manteigas, e portanto parecia então oportuno, e deixa à consideração da Câmara, a possibilidade de o levar para Sameiro, uma vez que o espaço do canteiro é pequeno e então com a colocação do busto ainda mais pequeno fica. Por fim, queria ser esclarecido relativamente àquilo que saiu na comunicação Social e no que toca à moradia do Senhor Presidente da Câmara, que está a ser construída no sítio da Regateira, em Sameiro. Julgo que até agora o tratamento que tem tido este assunto, em termos locais, tem sido exemplar, os Senhores Vereadores da oposição questionaram no local próprio. A nós enquanto Deputados Municipais também não pode deixar de ser dado um esclarecimento sobre essa matéria. Eventualmente e eu pessoalmente já tive um caso semelhante, quando construí a minha moradia, daí que tenha sido o escolhido para levantar esta questão, agradecia que me fosse esclarecido aquilo que saiu na comunicação social, sobre esta matéria. Julgo que é o lugar próprio, e aqui é que devemos saber aquilo que se passa e não através da comunicação social.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão usou da palavra para focar o Bairro Social do Outeiro, pois sempre manifestei o meu desacordo com a construção daquele Bairro, agora ao passar lá e ao verificar que foram abertas as fundações, que foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

eliminado o caminho que era público, aliás nem sei se esse caminho será para manter ou não. O que pede é que pensem um bocadinho, a Câmara ao aderir ao Programa Mobilidade para Todos, certamente pensou nas dificuldades físicas das pessoas deficientes. Certamente que não pensou (estava cheia de boa vontade com certeza quando aderiu ao programa), nem viu que Manteigas é um local acidentado, cheio de altos e baixos, subidas e descidas e há poucas zonas planas como aquela, o que eu acho e que repito, é que há aí muita construção; pois segundo o Instituto Nacional de Estatística existem 50 mil habitações a mais do que os habitantes em Portugal. Porquê manter e reiterar a teimosia, eu diria, de construir naquele local um bairro que vai aumentar a densidade populacional grandemente, que vai atrofiar aquela zona, quando se poderia aproveitar o local e dar um sinal claro de que essa adesão ao Programa Mobilidade para Todos, vai passar do papel e começa já agora e hoje com um sinal decisivo e positivo, de que querem construir ali habitações para esse tipo de pessoas, com os acessos facilitados. Pois eu não estou a ver onde possam ir fazer isso. Pois o projecto está em fase de arranque, mas eu penso que nunca é tarde para reconhecer que para aquele local poderia ter sido pensado ou elaborado uma coisa melhor.

O Senhor Vice-Presidente esclareceu que relativamente aos assuntos focados pelo Senhor Deputado José Quaresma Domingos, vai o executivo tomar nota deles. Existe aqui uma situação do cano, em que eu não conheço, é só para dizer que tomamos devida nota da sua chamada de atenção. Como o Senhor Deputado Humberto Massano Leitão se referiu à utilização do granito no jardim, nós vamos pensar nisso. Relativamente á Sotave, o Senhor Presidente da Câmara pediu uma audiência urgente ao Senhor Secretário de Estado da Indústria e estamos a aguardar que a audiência seja marcada. Quanto ao Bairro do Outeiro, as obras não estão paradas e aquilo que se diz não corresponde à verdade. Há uma providência cautelar em que se recomenda à Câmara acautelar eventuais danos no prédio vizinho, e não se diz lá em sítio nenhum que as obras devem parar. O espaço ajardinado no jardim da entrada da Vila aumentou, e o espaço a utilizar quase que duplicou.

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para referir que relativamente à moradia sua propriedade, existe um auto de contra-ordenação sobre essa matéria, pelo que pormenores sobre esta matéria estão em segredo de justiça. Logo, não pode ser utilizado, muito menos como é utilizado pelo jornalista que a essa matéria se refere, pois teve acesso a um auto de contra-ordenação, e acesso ao conteúdo do auto de contra-ordenação. Referiu ainda que tem o projecto licenciado, tem director técnico e foi implantado por um topógrafo. Acrescentou não haver nenhum embargo de obra, e o facto de ter sido ele próprio a mandar parar a obra e se houver má implantação, como comum mortal que é, terá de a deitar abaixo. A única coisa que lhe incumbe, é ter de perder dinheiro relativamente à obra feita e repor a situação inicial.

Questionou o Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos se o auto de contra-ordenação, não deu lugar a embargo. A esta questão o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que não houve lugar a embargo, sendo que nem há deliberação administrativa sobre a situação.

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, pelo que deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida, comentada e votada, será assinada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS
